

O que os Relatórios do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas indicam em relação à interdependência de diversos indivíduos, instituições, organizações e países?

Maria José de Rezende (UEL)

RESUMO: *A finalidade deste artigo é demonstrar que os RDHs (Relatórios do Desenvolvimento Humano), produzidos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) indicam que há nos últimos 20 anos a necessidade de politização do debate acerca do crescente processo de entrelaçamento dos diversos problemas sociais, econômicos e políticos que acometem uma parte expressiva da população mundial. Através de uma pesquisa documental procurar-se-á demonstrar, com base nos RDHs - publicados após a Declaração do Milênio, no ano 2000 - que todas as proposições contidas no seu interior visam alertar governantes, movimentos sociais, sociedade civil organizada, lideranças políticas etc. para a necessidade de promover ações motivadas pela constatação de que há uma crescente interdependência (de pessoas e de países) global em curso. Está explícito nos relatórios que, cedo ou tarde, as muitas mazelas sociais atingirão um número cada vez maior de indivíduos. O que poderá ocorrer de forma direta ou indireta.*

PALAVRAS-CHAVES: *Desenvolvimento humano, interdependência, integração, desigualdades.*

ABSTRACT: *The purpose of this article is to demonstrate that the HDRs (Human Development Reports), produced by the UNDP (United Nations Development Program) show that there has been, in the last 20 years, the need for the politicization of the debate on the increasing process of intertwining of several problems social, economic and political that interfere with a considerable part of humanity. By means of a documentary research our intention is to show through the HDRs – published after the declaration of the Millennium in 2000 – that all the propositions contained in it aim to alert governors, social movements, organized civil society, political leaderships etc. for the necessity of the achievement of actions that are based on the observation that there is a global intertwining (of people and countries) currently. It is explicit in the reports that sooner or later, the several social shortcomings will*

reach an increasingly number of individuals, what might happen directly or indirectly.

KEY WORDS: *Human development; interdependence; integration; inequalities.*

Introdução

A finalidade deste trabalho é demonstrar que as práticas sociais e políticas - que estão em sintonia com as exigências postas pela Declaração do Milênio (2000) - sugeridas (aos estados, à sociedade civil e a outros agentes) pelos RDHs/PNUD/ONU produzidos entre 2001 e 2006, são resultantes de uma visível integração do mundo derivada de uma “progressiva interdependência de todos os subconjuntos humanos” (Elias, 2006^a, p.61).

Assinale-se que Norbert Elias utiliza a noção de integração para caracterizar processos sociais cuja tendência é tornar cada vez mais complexo o manejo dos conflitos, das diferenças e dos enfrentamentos que surgem da interligação entre as muitas figurações sociais, econômicas e políticas¹. Sendo assim, integrar significa, antes de tudo, construir continuamente a interdependência e não a harmonia e a unificação. Para ele, quanto mais se estreitam os enlaçamentos dos muitos países, estados e nações mais ganham destaque os antagonismos,

¹ As figurações sociais e políticas (estados, nações, instituições sociais e políticas de modo geral, escolas, partidos políticos, movimentos sociais, associações, agrupamentos religiosos, étnicos-culturais, sindicatos, organizações econômicas, organismos internacionais, entre outras) possuem recursos de poder distintos e assimétricos. As relações de interdependência e de entrelaçamento não anulam os desequilíbrios de poder, as tensões e as heterogeneidades, até mesmo, de capacidade de impulsionar e/ou de rechaçar mudanças substantivas.

as disparidades, as assimetrias e as diferenças de poder e de recursos entre eles.

A integração não significa, então, acomodação e geração de uma contínua homogeneização entre nações, estados, indivíduos e grupos sociais, também não quer dizer a construção de unanimidades que levem, sempre, as diversas figurações a dar as mesmas respostas diante dos muitos problemas que surgem em razão da interdependência gerada em “dois níveis diferentes - (no do indivíduo e no da sociedade) -, mas inseparáveis do mundo humano” (Elias, 1999, p. 141). Dizer que as ações são interdependentes significa considerar que tanto o desdobramento das ações quanto os seus resultados dependem da força que possuem as muitas configurações (estados, movimentos sociais, grupos organizados da sociedade civil, partidos políticos, governantes, lideranças políticas locais, regionais, nacionais e transnacionais, organizações não-governamentais, associações de modo geral etc.) presentes no jogo político local, nacional e supranacional.

Os RDHs, editados após a Declaração do Milênio (2000), estão sugerindo que diversas figurações² de indivíduos e de instituições se empenhem para construir processos de mudanças que possam responder aos desafios postos pela contínua interdependência entre os vários países, estados, lideranças políticas, entre outros, no mundo hoje. A análise demorada dos relatórios pode revelar o modo como o PNUD/ONU está enxergando o potencial de poder de mudança das muitas figurações que estariam incumbidas de levar adiante as ações capazes de fazer cumprir

² A noção de figuração está sendo baseada em Norbert Elias que a concebe como um “enlaçado flexível de tensões” (Elias, 1999, p.142). As figurações de indivíduos e/ou grupos estão assentadas em relações de interdependência travadas entre “aliados e/ou adversários” (Elias, 1999, p.142).

“Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio³” (Declaração do Milênio, 2000). As relações de interdependência não esvaziam nem acomodam os muitos conflitos que derivam da diferença de potencial de poder que as figuras possuem em vista das distintas posições que desfrutam.

As proposições contidas nos RDHs, divulgados após o estabelecimento dos objetivos e metas denominados ODMs, sistematizam alguns dos principais desafios postos pela crescente constatação – derivada tanto do desenvolvimento industrial, tecnológico, computacional quanto das interações políticas, socioeconômicas e culturais - de que muitos agrupamentos, de longínquas partes do planeta, encontram-se interligados. Cada dia que passa, mostram os documentos em análise, fica mais evidente que há um contínuo processo de interdependência (não de homogeneidade de recursos e de poder) entre os diversos continentes. As muitas modalidades (econômicas, políticas e sociais) de entrelaçamento produzem, continuamente, uma interação conflituosa que tem de ser administrada e manejada pelas muitas figuras locais, nacionais e supranacionais.

Se no “século XVIII, a palavra ‘humanidade’ associava-se a um sonho bonito, mas irrealizável” (Elias, 2006^a, p.61), no final do século XX e no limiar do XXI constata-se que a humanidade, enquanto interligação dos muitos “subconjuntos humanos” (Elias, 2006, p.61), é uma realidade inquestionável que foi sendo construída ao longo dos últimos séculos. Parte-se do pressuposto de que os RDHs de 2001 a

³ Na Declaração do Milênio (2000) foram estabelecidos 8 objetivos: 1)- erradicar a pobreza extrema e a fome, 2)- atingir o ensino básico universal, 3)- promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, 4)- reduzir a mortalidade infantil, 5)- melhorar a saúde materna, 6)- combater o HIV/aids, a malária, a tuberculose, entre outras doenças, 7)- Garantir sustentabilidade ambiental, 8)- estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (UMA VISÃO a partir da América Latina e do Caribe apud Folha Informativa ODM, PNUD/CEPAL, 2005).

2006⁴ atestam que há um crescente processo de interdependência, ora mais ora menos conflitivo, entre os habitantes das mais remotas partes do mundo.

Fazem-se, então, as seguintes indagações: De que modo as práticas sociais e políticas derivadas do embate em torno da necessidade de cumprimento dos Objetivos do Milênio estão relacionadas a um processo de distribuição do poder que poderá favorecer, a longo prazo, todos os grupos sociais? De que maneira a indicação - feita pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) – de construção de alguns caminhos para a solução dos problemas sociais atuais indicam possíveis avanços no que diz respeito ao desenvolvimento de um processo civilizador (entendido aqui nos moldes propostos por Norberto Elias (1994; 1999; 1999^a; 2006; 2006^a; 2006b; 2006c), capaz de gerar as condições para a distribuição do poder entre os diversos segmentos sociais)? De que forma as práticas sociais e políticas (desenvolvidas pelos estados e sociedades civis) elencadas no interior dos RDHs/PNUD/ONU são indicadoras da dificuldade, no limiar do século XXI, de efetivação de um processo de distribuição de renda, poder e oportunidades capaz de reduzir as distâncias sociais e, também, de mudar o *habitus*⁵ humano que recusa a inevitável interligação entre os diversos povos do mundo?

“Pode-se dizer que entre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do *habitus*⁶

⁴ Sobre isso, ver os seguintes RDHs (2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2005^a; 2006; 2006^a; 2006b).

⁵ O *habitus*, conforme afirma Norbert Elias, define condutas de vida pautadas em códigos de comportamento. Os indivíduos são dotados de um mesmo *habitus* nacional quando “se servem dos mesmos sinais codificados nas relações sociais” (Elias, 2006d, p.132).

⁶ Em Elias os processos civilizacionais encontram “suas expressões mais prementes no *habitus* social comum dos indivíduos que formam entre si uma determinada unidade de

social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável. Sem jamais se libertarem completamente das coações exteriores, as autocoações ganham maior autonomia no curso do processo humano de civilização, em contraposição às coações exteriores” (Elias, 2006, p.24-5).

Objetiva-se demonstrar que as proposições dos RDHs - no que diz respeito à possível geração de um convívio social mais consciente de que os grupos e indivíduos que formam as figurações estão cada vez mais interdependentes – esbarram tanto nos problemas políticos de diversas ordens, como também na dificuldade atual de gerar uma disponibilidade de agir favorável a todos os indivíduos, grupos sociais e países, indistintamente.

1- O que significa dizer que os entrelaçamentos sociais e políticos se encontram, hoje, largamente refletidos nas proposições dos RDHs?

Tem-se consciência de que, somente através de uma abordagem histórica de longa duração, é possível afirmar que, na atualidade, são visíveis processos intensificadores de interdependências entre as muitas figurações (sociais e políticas). Todavia, muitos cientistas sociais têm colocado em xeque essa afirmação. Zygmunt Bauman (1999, p.96), por exemplo, considera que o mundo está dividido em dois polos

subsistência, por exemplo uma tribo ou Estado. Eles são herdeiros não só de uma linguagem específica, mas também de um modelo específico de civilização e, portanto, de formas específicas de autorregulação, que eles absorvem mediante o aprendizado de uma linguagem comum e nas quais, então, se encontram: no caráter comum do *habitus* social, da sensibilidade e do comportamento dos membros de uma tribo ou de um Estado nacional” (Elias, 2006, p.23).

completamente incomunicáveis: o dos espaços móveis (reivindicado pelos países que formam o primeiro mundo) e o das localidades amarradas (efetivamente vigentes para aqueles que vivem nas demais partes do planeta). Em tais condições, pode parecer impossível falar na humanidade como uma unidade.

Todavia, Norbert Elias faz uma análise histórica de longa duração dos processos de desenvolvimento técnico e civilizacional para demonstrar que, independentemente dos indivíduos, dos estados e das nações desejarem, ou não, há uma maior integração (o que não significa maior uniformidade de interesses e/ou maior equilíbrio de poder) de diversas figurações que compõem o mundo hoje. Segundo ele, pode-se afirmar que ocorreu, no último século, algum empenho consciente de algumas lideranças, instituições e indivíduos, para que houvesse conscientização maior acerca do processo de interdependência, entre muitas figurações, que já despontava como o grande desafio dos séculos vindouros. A própria criação das Nações Unidas, em meados do século XX, pode ser tomada como exemplo desse empenho.

Norbert Elias destaca que um raciocínio fundado na relação entre causa e efeito é o maior empecilho para compreender que a interação de diversos processos e não somente dos processos econômicos é que gerou uma crescente interligação entre as muitas figurações sociais e políticas. Por isso, a noção de integração não pressupõe que haja um apagamento dos conflitos e dos enfrentamentos. Muito menos significa consenso, entre os vários países, acerca dos rumos socioeconômicos e políticos atuais.

A interdependência expressa nos RDHs – entre algumas figurações sociais e políticas – não tem, então, uma causa una, “a não ser o próprio

desenvolvimento humano”, o qual é para Norbert Elias a condensação de amplos e complexos processos civilizacionais que são confrontados, constantemente, por processos descivilizacionais. A expansão dos transportes, da industrialização e da urbanização trouxe consigo um contínuo processo de autorregulação e de autocontenção. Isso, para Norbert Elias, constituiu-se fator de desenvolvimento humano, o que não quer dizer, de modo algum, que não haja, continuamente, retrocessos.

No conjunto das discussões de Norbert Elias, a noção de desenvolvimento humano diz respeito a um amplo processo de distribuição e de equilíbrio de poder, ou seja, segundo ele, tal desenvolvimento só ocorreu através do “deslocamento progressivo dos equilíbrios de poder” (Elias, 2006, p.22). Sendo o desenvolvimento humano parte do processo civilizacional, ele tem de ser pensado em razão das figurações (Estado, sociedade civil escola, organizações nacionais e internacionais, movimentos sociais, partidos políticos etc.) que o torna possível. Ao não conceber os processos sociais em razão da relação entre causa e efeito, pode-se dizer que ele não compreendia o desenvolvimento humano como algo dotado de uma direcionalidade histórica sempre progressiva. Os impulsos e contraimpulsos alternam-se e são, no seu entender, oriundos de ações planejadas e não-planejadas.

Assim, pode-se dizer que, ao menos em parte, o modo de Norbert Elias conceber o desenvolvimento humano está contemplado nos investimentos do PNUD para definir uma agenda de propostas que consigam considerar as esferas econômicas, sociais, políticas e culturais como interligadas e relevantes para fazer avançar ações que contemplem as muitas faces das inter-relações e das intrarrelações entre os muitos estados, nações e indivíduos situados geograficamente em espaços cada vez mais interligados. Nos RDHs, a busca pelo desenvolvimento humano

aparece como a definição de uma sequência de ações voltadas para incentivar o “investimento no fator humano, ou seja, na promoção do bem-estar da massa da população” (FURTADO, 1999: 12).

Muitas vezes tem-se a impressão de que ao analisarem-se os RDHs, a junção das “referências sociais ao lado das necessidades econômicas” (FURTADO, 1999: 12) garantiria, de certa forma, uma direcionalidade ao desenvolvimento humano. Norbert Elias deixou indicações de que essa pressuposição essencialmente diretiva está inscrita numa leitura dos fenômenos sociais desatenta aos avanços e recuos, às progressões e regressões que caminham conjuntamente. Assim, pode constatar-se que os RDHs supõem que, ao colocarem-se as referências sociais junto com as necessidades econômicas, há a possibilidade de indicar alguns caminhos para resolver as dificuldades que têm acometido muitas regiões do mundo, na promoção do bem-estar social, visto ser o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

“um composto de expectativa de vida, realizações educacionais (alfabetização somada à matrícula nos ensino secundário e superior) e (um valor descontado de) PIB (Produto Interno Bruto) em termos de paridade de poder de compra. A desigualdade crucial na perspectiva de Amartya Sen é a falta de liberdade, na forma de privações de capacidades” (Therborn, 2001, p.129).

Não há, todavia, no interior dos Relatórios do Desenvolvimento Humano, certezas acerca da possibilidade de definir e de implementar uma agenda com durabilidade e estabilidade constantemente direcionadas a avanços incontestes. Isso porque “as implicações práticas (...) da abordagem de capacidades [do modo colocado por Sen]” (Therborn, 2001, p.129) são ainda pouco conhecidas. O que os documentos do PNUD tentaram fazer foi insistir na necessidade de contemplar, nas

proposições sobre o desenvolvimento, outras dimensões além da econômica. Veja-se o que diz o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

“O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen⁷ (...), o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. (...) Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um” (PNUD, 2010, p.1).

A noção de desenvolvimento humano deve ser compreendida como algo indicador da tentativa, de técnicos e intelectuais, de encontrar um caminho plausível para sugerir ações governamentais e da sociedade civil

⁷ "Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbub ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbub convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantá-lo) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbub entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbub conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano" (SEN apud PNUD, 2010, p.1).

que levem em conta, ao mesmo tempo, as necessidades econômicas e sociais (Furtado, 1999). Não significa, de modo algum, a prevalência de uma dimensão em detrimento da outra, mas sim da agregação de indicadores sociais, de indicadores de democratização e de combate às exclusões assentadas em motivos étnicos e raciais, para tornar, assim, mais eficiente a luta contra o sofrimento social⁸ que acomete milhares de indivíduo no mundo atual.

Celso Furtado insistia que o não-desenvolvimento do fator humano, que era detectado nos índices postos pelas Nações Unidas, dava uma boa dimensão de algo sobre o que ele vinha alertando, desde a década de 1950, os governantes, os técnicos à frente do Estado, as lideranças políticas e da sociedade civil organizada: o enorme atraso no desenvolvimento social que o país acumulava, décadas após décadas. O que era possível deduzir desses índices de desenvolvimento do fator humano apresentados pelo PNUD? “Deduz-se desses dados que o Brasil acumulou historicamente um considerável atraso em investimento (...)” social (Furtado, 1999, p.11).

Celso Furtado, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, já alertava, através de muitas ações (na Cepal – Comissão Econômica para América Latina, na Operação Nordeste, na Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) empreendidas em favor de melhorias do fator humano, que não haveria qualquer possibilidade de desenvolvimento social se o bem-estar das pessoas não fosse colocado em primeiro plano. Pode-se dizer que o que foi incorporado pelo PNUD,

⁸ Há nas ciências sociais contemporâneas algumas reflexões que buscam distinguir o sofrimento individual do sofrimento social (Bourdieu, 2003; Bauman, 1999; 2005). As mazelas sociais (fome, pobreza, analfabetismo, não-acesso à justiça, à saúde e à educação pública de qualidade, falta de saneamento etc.) são detonadoras de muitas formas de sofrimento social.

desde 1990, para medir o desenvolvimento humano, foi resultado de um longo processo de embates, de lutas, de reflexões acerca das condições sociais difíceis a que estavam submetidas parcelas expressivas da população em todo planeta. É possível afirmar, então, que o próprio debate sobre desenvolvimento social e humano está contido, ao longo do século XX, nesse processo de surgimento de configurações sociais e políticas cada vez mais interligadas e dele é constituinte.

Quando Norbert Elias insiste que, ao longo dos últimos séculos, foram produzidos processos de estreitamento da interligação entre as muitas figurações que compõem as muitas sociedades, o que tornou esta última uma realidade social no final do século XX, ele não estava supondo a impossibilidade de retrocessos neste processo integrativo. Estudando o processo histórico, ele imaginava que este último tendia a seguir adiante; no entanto, não havia qualquer certeza acerca disso. Examinando-se os RDHs, produzidos desde 1990, verifica-se que não há qualquer certeza sobre as possibilidades de construir políticas irreversíveis de bem-estar social para um número cada vez mais crescente de indivíduos. Pelo contrário, todos os RDHs publicados ao longo das décadas de 1990 e de 2000 possuem um tom um pouco duro ao tentar chamar a atenção de lideranças para as consequências que o mundo todo acabará por conhecer, caso não haja empenho de todos (governantes, líderes da sociedade civil, movimentos sociais, associações diversas, organismos internacionais, etc.) na solução dos sofrimentos sociais (fome, miserabilidade, destruição ambiental, epidemias, mortalidade precoce, analfabetismo, etc.) que acometem largas faixas populacionais ao redor do planeta.

Os problemas sociais que se acumulou e refletiu em muitas partes do mundo têm levado algumas constelações de grupos e indivíduos - que

formam as inúmeras figurações - a se sentirem, mais e mais, atados aos demais. Considera-se que a própria preocupação com o fato de que se devem encontrar soluções globais para problemas que podem afetar a todos de uma forma ou de outra indica mudanças atinentes à vivência humana. Ou seja, há cada vez mais a sensação de que os muitos grupos sociais estão entrelaçados, o que não significa, de modo algum, que a concentração de poder, de riqueza e de oportunidades tem diminuído.

Todas as investidas destinadas a chamar a atenção para as consequências que podem ser derivadas dos descasos e desprezos pelos problemas sociais no mundo, hoje, podem assumir um tom fatalista. Os RDHs tentam equilibrar-se constantemente entre a necessidade tanto de chamar a atenção para os riscos de não considerar as muitas consequências de um mundo cada vez mais interligado, mas não-empenhado em combater os problemas básicos (tais como a pobreza absoluta, a fome, as doenças potencialmente transmissíveis, as práticas autoritárias, os preconceitos e as discriminações, de modo geral), quanto de rechaçar as posturas fatalistas que podem facilmente derivar desse debate. Karl Mannheim, em *O pensamento conservador* (1986), afirma que todas as formas de fatalismos (sejam eles otimistas e/ou pessimistas) acabam se aproximando de perspectivas autoritárias de mundo, uma vez que tendem a não se ater às dificuldades de constituir processos capazes de reorientar os processos de mudanças rumo à geração de sociedades e de personalidades cada vez mais democráticas.

Não há dúvida de que os RDHs produzidos ao longo das décadas de 1990 e 2000, principalmente aqueles editados após a *Declaração do Milênio*, em setembro de 2000, têm tentado equilibrar-se entre uma postura que chama a atenção para os desafios e consequências do não-

combate às mazelas sociais oriundas de exclusões múltiplas (econômicas, sociais, culturais, raciais) e uma perspectiva propositiva que insiste nas muitas possibilidades de que os governantes, a sociedade civil e as lideranças de diversas organizações, associações, movimentos sociais⁹ etc. dispõem para guiar as ações rumo a um processo de mudanças em que se levem em conta as condições de interligação entre as muitas figurações que formam o mundo hoje.

Parte-se do pressuposto de que a própria noção de desenvolvimento humano ganha terreno, a partir do final do século XX e do limiar do XXI, em vista das mudanças sociais que foram indicando, mais e mais, a vigência de um processo de entrelaçamento entre pessoas, grupos e instituições. Observe-se que o termo integração não significa acomodação, harmonização, unificação, coesão, apagamento dos antagonismos, das diferenças e das diversidades. Significa sim um processo de interação pleno de lutas, de disputas e de conflitos que os RDHs parecem dispostos a administrar a fim de encontrar algumas saídas para os desafios atuais que se têm exacerbado em razão, justamente, desse processo de interdependência.

“Detecta-se no interior dos relatórios do Pnud um embate político sobre as formas possíveis de alcançar melhorias sociais, econômicas e políticas para as populações mais atingidas pelos efeitos nefastos das forças [econômicas, políticas, sociais] descivilizacionais¹⁰. Pode-se dizer que até mesmo o empenho das Nações Unidas em utilizar um Índice de Desenvolvimento Humano, a partir da década de 1990, para caracterizar as múltiplas dimensões da pobreza, da miserabilidade e das demais mazelas sociais se inscreve nesse processo de constatação da necessidade de os

⁹ Charles Tilly (2010) demonstrou como se desenvolveram, nas últimas décadas, muitos apelos esperançosos aos movimentos sociais como “um contrapeso ao poder opressivo” e aos diversos flagelos que acometem parte da população mundial. Pode-se dizer que os RDHs constroem muitas de suas proposições assentadas também nestes apelos.

¹⁰ Forças sociais que rechaçam e bloqueiam qualquer melhoria a favor dos interesses coletivos.

governantes, líderes políticos, organismos da sociedade civil, técnicos governamentais, intelectuais etc. estabelecer continuamente medidas capazes de contemplar todas as complexidades e nuances do desenvolvimento humano” (Rezende, 2011, p.119).

Esse processo de entrelaçamento não significa que o mundo não esteja dividido em estados, nações, tribos, guetos, grupos étnicos, raciais e culturais. Significa sim que têm surgido alguns grupos, principalmente no interior da sociedade civil¹¹, que insistem na necessidade de desenvolver modos de atuação que contemplem a todos os grupos sociais, por causa dos efeitos perversos das mazelas sociais, da miserabilidade, da pobreza, dos autoritarismos diversos que acabarão por atingir cada vez mais, mesmo de modo distinto, até mesmo a vida de pessoas que supostamente nada teriam a ver com tais situações.

“A humanidade está atualmente dividida em um grande número de nações-estados, enquanto seu habitat é uno e indivisível. Vários destes estados produzem em seu território mudanças de efeitos mais ou menos duradouros na natureza não-humana, algumas das quais afetam zonas globais, estando provavelmente destinadas a repercutir, cedo ou tarde, sobre toda a humanidade. Até agora não surgiu agência central capaz e autoridade suficiente para inspecionar e controlar, no próprio interesse da humanidade, esse seu domínio caótico sobre a natureza não-humana, que, se não se pode expressar, pode, em muitos casos, revidar incontroladamente” (Elias, 1998, p.43).

Pode-se afirmar que a geração de uma agência central capaz de inspecionar as muitas ações econômicas, políticas e sociais a favor do interesse de alguns segmentos sociais destituídos de recursos e de poder de barganha tem sido um desafio posto a governantes, técnicos,

¹¹ Os grupos que lutam contra as condições de trabalho análogas à da escravidão, contra o descaso de muitas lideranças políticas com a vida dos mais pobres, a favor do perdão da dívida dos países extremamente pobres, etc. podem ser citados como exemplo.

intelectuais, lideranças da sociedade civil organizada etc. É possível considerar que, se o problema da inspeção e do controle tem-se colocado no horizonte, é porque já houve - ainda que insuficientes e oscilantes - alguns avanços sociais e políticos.

A noção de desenvolvimento social ou de desenvolvimento humano talvez seja aquela que contenha maior indicação da existência de uma relação de interdependência entre as configurações que se foi construindo historicamente. O que foi, por exemplo, o debate que ganhou forma desde meados do século XX sobre o desenvolvimento social? Foi a tentativa de construir processos de melhor distribuição da renda e da riqueza. Norbert Elias afirma:

“Procuram-se vias e processos de aumentar o rendimento da maioria e não o aumento da riqueza de um grupo de pessoas. (...) Quando somos confrontados com os problemas dos ‘países em vias de desenvolvimento’, varrem-se os obstáculos à compreensão de que as sociedades são configurações de pessoas interdependentes. Ao procurar o desenvolvimento dessas sociedades, tentando aliviar a pobreza de todo o povo e não só a de alguns dos seus membros, são necessárias medidas decisivas para regular a produtividade e o rendimento de todos os indivíduos politicamente integrados num Estado particular. Nesse sentido, o desenvolvimento surge como sendo essencialmente uma atividade levada a cabo por pessoas. É sobretudo executada por aqueles que detêm cargos governamentais e pelos seus ajudantes” (Elias, 1999, p.160).

2- O que as práticas sociais e políticas constatadas pelos RDHs indicam quanto às possibilidades de avanços e de efetivação da distribuição de poder, oportunidades e rendas?

Conforme foi dito anteriormente, está-se verificando, neste artigo, que tanto a adoção de Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) quanto a atitude do PNUD/ONU de construir relatórios anuais para medi-

los, mostram que há uma percepção cada vez mais nítida acerca de uma crescente interdependência entre algumas figurações em torno de muitos desafios (pobreza, miserabilidade, fome, concentração de riqueza e de poder, falta de liberdade cultural, autoritarismos, etc.) que possuem o potencial para atingir, direta ou indiretamente, um número cada vez maior de pessoas.

Com base em Norbert Elias, considera-se que pensar as figurações como algo interdependente - o que pressupõe um entrelaçamento não-harmônico - possibilita pensar esse processo interativo como gerador e/ou potencializador de todos os tipos de conflitos e enfrentamentos. O RDH/2002, intitulado *Aprofundar a democracia num mundo fragmentado* pode ser tomado, na sua íntegra, como um documento essencialmente voltado a pensar soluções democráticas para um mundo cada vez mais entrelaçado - nos seus acontecimentos, mudanças e processos sociais - tanto pelas desigualdades de renda, de oportunidades e de direitos, quanto pelas intolerâncias, injustiças, conflitos armados, violências e repressões às diversidades de modo geral.

A *Declaração do Milênio*, de 2000, a qual se tornou referência básica de todos os Relatórios do Desenvolvimento Humano nos anos subsequentes, já foi formulada em vista dessa convicção de que o enlaçamento e a interdependência entre os povos exigiam a geração de políticas voltadas para a amenização de alguns problemas sociais que tendiam a expandir, em escalas inimagináveis, os conflitos, as guerras, as instabilidades e muitas formas de autoritarismos que derivariam disso tudo.

Como documentos propositivos, os RDHs passam, então, a se ocupar de dois grandes temas: a consolidação da democracia e a

erradicação da pobreza. No âmago do debate estava, portanto, a proposição de práticas sociais e políticas que fossem capazes de distribuir poder, renda e oportunidades. Todas as sugestões contidas na *Declaração do Milênio* reafirmam a necessidade de construir ações que respondam às metas e aos objetivos distributivos mencionados anteriormente. Há uma convocatória dirigida às muitas lideranças mundiais, aos governos, aos estados, aos técnicos do poder público e às organizações da sociedade civil para que apóiem

“plenamente as estruturas políticas e institucionais das novas democracias (...), de fomentar e apoiar mecanismos regionais e sub-regionais de prevenção de conflitos e de promoção da estabilidade política (...) e de adotar medidas especiais para enfrentar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável em África, tais como o cancelamento da dívida, a melhoria do acesso aos mercados, o aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento e o aumento dos fluxos de investimento direto estrangeiro, assim como as transferências de tecnologias. [Há, ainda, a proposta] de ajudar a África a aumentar a sua capacidade de fazer frente à propagação do flagelo do VIH/SIDA e de outras doenças infecciosas” (Declaração do Milênio, 2000, p.7).

O *Relatório do Desenvolvimento Humano*, de 2002, insiste que há uma interdependência crescente entre os diversos grupos e indivíduos que compõem as muitas figurações sociais e políticas, mas fica implícito, ao longo de suas exposições, que não há qualquer integração harmoniosa. Há um processo integrativo, não-planejado e, essencialmente, conflituoso. Por isso, os RDHs insistem que um dos maiores desafios, no mundo atual, é a construção de formas democráticas de resolver os conflitos. As formas violentas de solucionar as disputas, os enfrentamentos, as divergências, as diversidades de crenças, culturas e opiniões tendem a se alastrar num mundo globalizado, impondo custos pesados demais para uma parte da população mundial sujeita aos efeitos

de uma exclusão que possui diversas faces: a econômica, a política e a cultural.

“Na prática, há duas formas de exclusão cultural. A primeira é a exclusão do modo de vida, que nega o reconhecimento e a aceitação de um estilo de vida que um grupo escolheria e que insiste em que cada um deve viver exatamente como todas as outras pessoas da sociedade. Os exemplos incluem a opressão religiosa, ou a insistência que os imigrantes abandonem as suas práticas culturais e a sua língua. A segunda é a exclusão da participação, quando as pessoas são discriminadas ou ficam em desvantagem nas oportunidades sociais, políticas e econômicas por causa da sua identidade cultural. Ambos os tipos de exclusão existem, em grande escala, em todos os continentes, em todos os níveis de desenvolvimento, em democracias e em estados autoritários” (RDH/2004: 6).

O que está posto nos debates propostos pelos RDHs é a necessidade de pensar as desigualdades e os conflitos a partir de uma ótica mais ampla que contemple uma multidimensionalidade de aspectos (econômicos, sociais, políticos e culturais). Seguindo as indicações do economista indiano Amartya Sen (1992; 2000), os documentos do PNUD insistem na “necessidade geral de liberar a análise da desigualdade econômica de seu confinamento ao espaço da renda ou da propriedade de mercadorias” (Therborn, 2001, 129). Desse modo, expandir práticas que levem ao desenvolvimento humano pressupõe o combate tanto à pobreza absoluta, à fome, à miserabilidade quanto às exclusões educacionais, sociais e políticas oriundas de motivos de gênero, identitário, racial, étnico.

“Num mundo mais interdependente, a política e as instituições políticas são ainda mais importantes para o desenvolvimento humano. Por todo o mundo, as discussões sobre o desenvolvimento estão a dar mais ênfase às instituições e à governança. Esses debates concentram-se na eficiência das instituições públicas e nas regras para fazer funcionar os mercados e promover o crescimento econômico – desde o profissionalismo e a transparência dos

sistemas fiscais à capacidade dos sistemas judiciais fazerem cumprir contratos comerciais. Essas questões são importantes para o desenvolvimento humano. Quando as instituições funcionam mal, as pessoas pobres e vulneráveis tendem a ser as que sofrem mais. Mas, tal como o desenvolvimento humano exige muito mais do que rendimentos crescentes, a governação para o desenvolvimento humano exige muito mais do que ter instituições públicas eficientes. A boa governação também exige a promoção de instituições justas e responsáveis, que protejam os direitos humanos e as liberdades básicas. (...) {Esse relatório} defende que os países só podem promover o desenvolvimento humano para todos quando tiverem sistemas de governo que sejam inteiramente responsáveis perante todas as pessoas – e quando todas as pessoas puderem participar nos debates e nas decisões que moldam a sua vida” (RDH/2002: 2-3).

Para que haja avanços democráticos dessa natureza, é necessário que existam combates diuturnos aos conflitos armados, às diversas formas de violência que destroem o Estado e as instituições políticas. Em momento algum se deve perder de vista que tais embates se dão numa situação, constata o RDH/2002, em que as relações de interdependência formam um jogo configuracional cujos problemas relacionados à pobreza, às exclusões e às violências nem sempre são combatidos e condenados interna e externamente. Daí a necessidade de criar um processo contínuo de expansão daquilo que os RDHs consideram governança democrática¹².

“A *governança* democrática pode desencadear um ciclo virtuoso de desenvolvimento – na medida em que a liberdade política dá poder às pessoas para exercer pressão a favor de políticas que aumentem as oportunidades sociais e políticas, e na medida em que debates abertos ajudam as comunidades a moldar as suas prioridades. Da Indonésia ao México (...), iniciativas no sentido da democratização e da abertura política ajudaram a produzir este tipo de círculo

¹² Há nas ciências sociais uma ampla discussão sobre governança. Bob Jessop (1990) demonstra que essa noção expressa uma forma específica de enxergar a vida política. O Estado sai do lugar central e junto dele entram outros agentes. Governança, por sua vez, pressupõe um recuo do Estado. Ver ainda: (Souza Santos, 2002)

virtuoso, com uma imprensa livre e um ativismo da sociedade civil fornecendo às pessoas novas maneiras de participar em decisões e em debates políticos. Dois exemplos poeinentes são a programação orçamental participada e a programação orçamental sensível ao gênero. Em Porto Alegre, Brasil, a participação dos cidadãos na preparação dos orçamentos municipais ajudou a formular a despesa, fazendo-a incidir em prioridades críticas de desenvolvimento humano (...). A programação orçamental sensível ao gênero, que examina as implicações dos orçamentos nacionais e locais na igualdade de sexos, é seguida em pelo menos 40 países. Na África do Sul, esses esforços prepararam os parlamentares para o exame minucioso das propostas orçamentais e levaram à inclusão da análise sensível ao gênero nos documentos políticos e a uma orientação mais eficiente da despesa pública” (RDH/2002: 3).

Cabe aqui destacar que há discordâncias essenciais entre técnicos, intelectuais e lideranças políticas quanto à melhor maneira de realizar mudanças que, de fato, venham favorecer a emergência de outro padrão de organização social e político em várias partes do mundo. Uma das discordâncias de fundo situa-se no modo de tomar ou não o Estado como agente primordial na efetivação de políticas distributivas de renda, recursos e oportunidades. Os que abraçam a defesa da governança e/ou da governação estão, ou não, propensos a propor ações que tendem a encolher o papel do Estado nos processos de mudança sugeridos pelas Nações Unidas. Celso Furtado, nas décadas de 1990 e início da de 2000, insistia que era necessário estabelecer uma luta contínua e duradoura para restaurar a capacidade de ação do Estado e não para dar vazão a formas de agir contrárias a isso. Para ele, o grande desafio do século XXI era recolocar o Estado e a institucionalização política no centro de todas as investidas para alcançar políticas redistributivas. Ao Invés de defender ações que fragilizam o Estado é necessário desenvolver procedimentos que modifiquem “a [sua] orientação. A economia moderna depende

essencialmente de uma ação adequada do Estado. O difícil é descobrir que ação seria a mais oportuna e necessária” (FURTADO, 2002, p.32).

Em *O capitalismo global*, Celso Furtado preocupava-se também em destacar que as dificuldades distributivas atuais estavam relacionadas a um sistema de produção cada vez mais conectado mundialmente. Por isso, “o formato que assumirão os estados nacionais no novo recorte político é matéria que nos deve preocupar, pois dele dependerá a distribuição da renda gerada por sistemas de produção progressivamente imbricados. Não tenhamos dúvida de que sempre existirá espaço para o exercício da vontade política, quando esta se manifeste com vigor adequado” (FURTADO, 2001, p.7).

É detectável que atravessa os RDHs da primeira década do século XXI um embate político quanto ao papel que cabe ao Estado nestes processos de mudanças que devem ser alavancados a favor dos povos mais pobres do planeta. Todas as proposições contidas nos RDHs (basta analisar atentamente as centenas de páginas que compõem os documentos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005) partem da convicção de que em todas as práticas e ações que visam combater a pobreza e as exclusões deve-se considerar que existe um processo tanto de “entrelaçamento global [que congrega] (...) diferentes conjuntos de atores nacionais e globais” (Therborn, 2001, p.138), quanto de enlaçamento local de uma multiplicidade de questões econômicas, políticas, culturais e identitárias que devem ser levadas em conta nas ações cujo objetivo é fortalecer o combate às desigualdades e às exclusões. Todavia, fica explícito que há dificuldades, no interior das propostas contidas nos RDHs, de atribuir ao Estado um papel central neste processo.

Os RDHs vão assinalando que uma das dificuldades mais prementes na atualidade está relacionada com a distribuição de poder e

de oportunidades. Por isso, há uma dificuldade no seu interior que pode ser sistematizada na seguinte pergunta: Como potencializar ações distributivas de poder e de recursos sem colocar o Estado no centro da contenda? Parece plausível, nos documentos do PNUD, que as configurações (instituições políticas, estados-nações, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais etc.) locais, regionais e globais fiquem com a incumbência de pôr às claras as muitas dificuldades de obter efetivamente uma redefinição do processo de distribuição de rendas, poder e oportunidades.

Os relatórios demonstram que muitos conflitos violentos derivam da impossibilidade de avanços distributivos tanto de poder quanto de renda. No relatório de 2004, há a seguinte observação:

“Alguns estudos apresentam diversas explicações para essas guerras: as desigualdades econômicas entre os grupos, assim como as lutas pelo poder político, pela terra, ou por outros ativos econômicos. Nas Fidji, os indígenas fidjianos desencadearam um golpe de Estado contra o governo dominado pelos indianos, porque receavam que a terra pudesse ser confiscada. No Sri Lanka, a maioria Cingalesa conquistou o poder político, mas a minoria Tamil tinha acesso a mais recursos econômicos, despoletando décadas de conflito civil. No Burundi e Ruanda, em diferentes momentos, Tutsis e Hutus foram excluídos das oportunidades econômicas e da participação política. A identidade cultural desempenha um papel nestes conflitos – não como causa, mas como condutora da mobilização política. (...) As desigualdades subjacentes na África do Sul estiveram na base dos distúrbios do Soweto, em 1976, mas estes foram desencadeados por tentativas de impor o afrincânder nas escolas para negros” (RDH/2004: 3).

Talvez seja plausível dizer que a construção dos RDHs tem, na sua essencialidade, o objetivo de assinalar quais são as implicações práticas de um processo de combate às desigualdades, concebidas como oriundas

não somente dos fatores econômicos, mas também da privação das capacidades e das oportunidades, num mundo cada dia mais interdepende no que diz respeito às instituições, atores, agentes e organizações. Assim, nas duas últimas décadas, além das exclusões produzidas no âmbito local e nacional têm-se também aquelas que emergem dos “fluxos globais de bens, capital, população e conhecimento” (Therborn, 2001, p.139).

Os RDHs de 2002, 2004 e 2005 deixam evidenciadas as dificuldades de distribuição efetiva de poder, rendas e oportunidades. Há um dado extremamente positivo no modo do PNUD expor tais emperamentos, porquanto faz ver que há, ao redor do mundo, muitos segmentos que se empenham para obter algumas garantias de participação política, contudo, apesar das muitas lutas e demandas, eles são, muitas vezes, vencidos, de várias maneiras, pelos setores preponderantes.

“Na Guatemala, os Maias sofreram séculos de opressão e o sistema legal do Estado tornou-se parte da opressão a que estavam sujeitos. As comunidades poderão a fé no sistema estatal do Estado de Direito, porque não garantia justiça e porque não estava incrustado na sociedade nem nos seus valores. Vários países como a Guatemala, Índia e África do Sul estão a desenvolver abordagens do pluralismo legal, reconhecendo, de diferentes formas, o papel das normas judiciais e das instituições das comunidades. As reivindicações de pluralismo legal enfrentam a oposição daqueles que receiam que isso mine o princípio de um sistema legal unificado, ou que possa promover práticas tradicionais contrárias à democracia e aos direitos humanos. Claro que surgem conflitos – a África do Sul, por exemplo, está a debater-se com o conflito entre os direitos das mulheres à herança ao abrigo da constituição do Estado e os direitos negados ao abrigo do direito consuetudinário” (RDH/2004: 8).

Há um mundo interdependente que não suprime os fatores geradores de exclusão de cada país e/ou região em particular. Interpenetram-se, então, elementos antigos e peculiares a cada nação,

região e localidade e elementos novos derivados dos chamados, por Goran Therborn, fluxos globais. Tanto aqueles como estes devem ser estudados em vista da história de cada país e dos processos de inserção na ordem mundial. Entrecruzam-se, muitas vezes, razões, para as exclusões, que são locais, nacionais e globais. Os RDHs sugerem que todas as ações devem levar isso em consideração, porém todas as sugestões de ações pressupõem que há possibilidades de mobilizar, em várias partes do mundo, os muitos parceiros constituídos e/ou a se constituírem, tais como: movimentos sociais, organizações diversas da sociedade civil, lideranças de vários matizes e capacidade, associações voluntárias, Estado etc. Isso leva a pressupor que os relatórios indicam que há a mesma possibilidade, em todas as partes do mundo, de constituírem-se, a curto e médio prazo, configurações, ou seja, teias de interdependências, dotadas da possibilidade do desenvolvimento de formas de agir aptas a alcançar mudanças na distribuição de poder, de recursos e oportunidades.

Deve-se destacar que há sociedades em que nunca se conseguiu constituir sequer espaços públicos dotados de capacidade de balizamento dos muitos interesses preponderantes que se recusam, terminantemente, a reconhecer qualquer demanda coletiva. Nestas sociedades fica muito mais difícil encontrar formas de distribuição de poder, de recursos e oportunidades, visto que as reivindicações neste sentido são, muitas vezes, atacadas com violência. Por isso, um dado extremamente positivo dos RDHs é a sua insistência na defesa da democracia, pois somente estados e sociedades democráticas podem encontrar caminhos por onde é possível avançar nas reduções das “diferenças de oportunidade de poder” (Elias, 1988, p.99).

A análise dos documentos do PNUD deixa evidenciado que a luta para fazer avançar os processos de distribuição de poder, de recursos e de oportunidades situam-se cada vez mais diante de desafios postos nos vários âmbitos (local, nacional e global). No que diz respeito aos desafios globais, Goran Therborn sugere que as discussões sobre desigualdades e dificuldades distributivas sejam pensadas historicamente. Ele revela que as impossibilidades atuais não são tão atuais assim. Basta observar que as “nações mais ricas do mundo no início do século XXI são as mesmas da década de 1820” (Therborn, 2001, p.144). Isso demonstra que há, no mundo, um padrão concentrador de poder, de rendas e de oportunidades persistentemente perpetuador do *status quo*. Muitos problemas que aparecem nos RDHs como atinentes à conjuntura mundial atual são, na verdade, a exacerbação de condições sociais concentradoras de recursos e oportunidades já sedimentadas há longo tempo.

No entanto, os relatórios do PNUD trazem implícita uma questão relevante: Por que no final do século XX e limiar do XXI há uma preocupação maior por parte de alguns organismos internacionais com as consequências da crescente impossibilidade de efetivação de políticas distributivas? Norbert Elias tem a melhor resposta a essa pergunta. Ele afirma:

“A tecnização contribui para a aproximação e a unificação da humanidade. Entretanto, quanto mais se avança nessa direção, mais evidentes se tornam as diferenças entre os grupos humanos. A crescente integração da humanidade, a progressiva interdependência de todos os subgrupos humanos, manifesta-se não apenas numa série de instituições globais tais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, mas também em tensões e conflitos específicos relacionados a esse contato mais intenso. Na África, diversas tribos incorporam-se a estados sob a força do poderoso impulso integrador ao qual estamos submetidos. Podemos ver claramente, neste caso, como o *habitus* tradicional, inicialmente baseado na identidade com grupos menores, entra em conflito com a necessidade de

formar unidades maiores. Um processo análogo, embora em outro nível, ocorre na Europa. A pressão para a unificação dentro de uma estrutura europeia mais ampla é inequívoca. Mas o *habitus* das pessoas, o padrão dominante de sua autorregulação, concentra-se na identificação com estados soberanos” (Elias, 2006, p.62).

É interessante assinalar que esta persistência de hábitos tradicional, que rejeita a condição de interdependência dos povos no mundo hoje, pode ser verificada no modo como se têm processado as dificuldades das Nações Unidas em concretizar algumas metas acordadas no seu interior e no de seus órgãos (FAO, UNESCO, UNICEF¹³). Talvez o exemplo mais candente sejam os fracassos em relação ao cumprimento de metas e objetivos que amenizem, ao menos em parte, o sofrimento social de uma grande quantidade de pessoas ao redor do planeta. A questão do combate à fome ilustra bem essa dificuldade de mudança do *habitus* causador do desinteresse absoluto por uma parte da população mundial.

No ano de 2002, a cúpula da ONU convocou uma reunião para discutir as dificuldades de cumprimento do que havia sido definido nas conferências mundiais. O que ocorreu? Um fracasso total. Andrew MacMillan, diretor da FAO, ressaltava a visível imutabilidade das atitudes dos países mais ricos do mundo em relação às políticas de combate efetivo e duradouro da insegurança alimentar no mundo. Ele dizia: "Já fui criticado por dizer que o fato de a fome existir se deve basicamente à incompetência ou à negligência. Nós sabemos muito bem o que fazer, só falta vontade política" (MacMillan, 2002, p.23). A manutenção de posturas que negam a necessidade de os governos e organismos internacionais amadurecerem ações que levem em conta as

¹³ FAO - Food and agriculture organization; UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância; UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura.

necessidades das populações mais pobres pode ser constatada na fala de Flávio Luiz Schieck Valente, presente na reunião da FAO em 2002. Para ele, "por pressão dos EUA e do Reino Unido (...) o código de conduta foi reduzido a uma proposta de um mero conjunto de orientações voluntárias para implementar o direito à alimentação" (Valente, 2002, p.11).

Norbert Elias afirma que se conhecem dois processos simultâneos: um que avança rumo a uma maior interdependência de muitos grupos e instituições sociais (Elias, 2006) e outro que continua a rechaçar esse movimento de enlaçamento. Tais processos podem ser detectados através do *habitus* tradicional que revela que os indivíduos dos diversos países e regiões do mundo, estão, não só economicamente e politicamente, mas também emocionalmente, muito distantes uns dos outros (Elias, 2006). Isto leva à intensificação do desprezo pelo sofrimento (a fome, por exemplo) de vários grupos sociais. Em vista disso, Kofi Annan, ex-secretário geral da ONU, fazia a seguinte recomendação:

“Lamentavelmente, a ‘aliança mundial para o desenvolvimento’ é mais teórica que prática. Esta situação tem de mudar. Todos os agentes fundamentais de desenvolvimento – governos, setor privado, sociedade civil e pessoas que vivem na pobreza – devem iniciar um esforço verdadeiramente coletivo contra a pobreza que eleve o nível de vida e alivie os sofrimentos humanos” (Annan, 2006, p.1).

Ao insistirem em medidas concretas para reverter as condições de pobreza absoluta e de miserabilidade, os documentos do PNUD se incumbem de sugerir ações que poderiam dar sinais concretos de que estava havendo procedimentos indicadores de soluções para alguns problemas que acometem uma parte expressiva da população mundial. Referindo-se à África, aquele órgão das Nações Unidas faz a seguinte proposta:

“Com a atual distribuição de renda, a cada 1% de incremento no PIB, a região consegue uma queda de 1,38% na taxa de pobreza. Se essa expansão econômica fosse propobre – ou seja, viesse acompanhada de uma queda de 0,5% no índice de desigualdade -, a proporção de pobres cairia 2,41% ao ano. Porém, caso o aumento do produto interno concentrasse ainda mais a renda, a redução seria mais modesta, de 0,67%. A Costa do Marfim é o país em que a variação do índice de desigualdade tem maior impacto na redução da pobreza. Com um crescimento econômico pró-pobre, o país precisaria elevar o PIB per capita em 0,68% ao ano para atingir o primeiro Objetivo do Milênio até 2015. Porém, se o avanço econômico intensificar a desigualdade, o progresso requerido seria de 9,32% ao ano. Com a distribuição de renda atual, a taxa necessária é de 1,43% ao ano. Na Nigéria, maior produtor de petróleo da África, a situação é semelhante. No cenário atual, o país precisa incrementar o PIB per capita em 2,81% ao ano para cumprir o Objetivo do Milênio da pobreza. Com um avanço pró-pobre, essa expansão requerida seria quase a metade, de 1,52%. Mas, caso o crescimento concentrasse ainda mais a renda, o indicador precisaria subir 7,01% ao ano para reduzir a pobreza pela metade” (DESIGUAL, África fica mais distante dos ODM, 2006, p.1).

Por fim, é possível verificar que os RDHs formam um conjunto de documentos, publicados desde 1990, em que se vê empenho em pautar o debate pela crescente interdependência dos diversos grupos nas mais distantes partes do mundo. Desde a Declaração do Milênio tem sido crescente o empenho do PNUD para convencer governantes, lideranças diversas, associações, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, entre outros, da necessidade de estabelecer no mundo políticas que visem combater a pobreza e a miserabilidade, pois elas estariam na base das muitas dificuldades sociais atuais.

Ao buscar colocar em pauta o enlaçamento dos diversos povos, os RDHs partem do pressuposto de que é necessário alertar indivíduos,

estados, instituições, organismos da sociedade civil etc. sobre a necessidade de não supor que os efeitos e as consequências da pobreza e das exclusões estejam restritos somente a alguns povos que vivenciam cotidianamente a situação de penúria generalizada. Há a insistência de que, se tais assuntos relacionados às mazelas sociais forem introduzidos na agenda pública, haverá mais e mais a possibilidade de que as práticas e atitudes dos diversos agentes sociais se modifiquem. Se a luta contra as mazelas sociais exigem a mobilização de incontáveis esforços institucionais, sociais e individuais, faz-se necessário construir uma pauta de ações e de procedimentos em condições de ir construindo, de modo duradouro, caminhos indicadores de soluções para os problemas mais candentes que atingem uma parte expressiva da população terrestre.

Ao se tentar, com os RDHs, trazer para o debate público a questão da interligação e da interdependência das muitas figurações sociais e políticas, procura-se encontrar meios para desobstruir as vias de acesso aos principais problemas que acometem hoje os mais pobres. Dar visibilidade às mazelas sociais é tido pelos documentos como a única maneira de politizar o debate sobre a necessidade de encontrar formas de envolver um número cada vez maior de agentes na busca de medidas e soluções para diminuir a pobreza absoluta, o analfabetismo e todas as demais formas de precariedades provenientes de tais condições.

Ao insistirem que se agende e se organize um conjunto de ações para combater as exclusões que drasticamente afetam a possibilidade dos indivíduos terem acesso a recursos e oportunidades, os RDHs buscam mobilizar esforços locais, nacionais e internacionais para implementar uma gama de compromissos que se devem ir desdobrando em ações cuja finalidade é atingir, paulatinamente, um número cada vez maior de indivíduos, organizações e instituições. De certa forma, pode-se dizer que

o enlaçamento e a interligação das diversas figurações sociais e políticas se manifestam em dois âmbitos. Em primeiro lugar, no da conexidade existente entre os segmentos incluídos e excluídos. Essa conexidade manifesta-se nas consequências globais advindas do fato de 1/3 da população estar vivendo em situação absolutamente precária, ou seja, sem alimentação, sem remédios, sem saneamento, sem água potável, sem escolas, sem hospitais, sem habitação etc. Em segundo, no âmbito da necessidade de articular ações que facultem visualizar com clareza a ligação entre problemas e atitudes sociais e individuais capazes tanto de agilizar quanto de protelar a gestação de soluções de muitos problemas sociais que somente podem ser atacados através de um empenho que congregue esforços coletivos e supranacionais.

3- Últimas considerações

No que diz respeito às possibilidades de constituir no mundo, hoje, processos de distribuição de poder, recursos e oportunidades, pode-se dizer que os documentos das Nações Unidas, intitulados *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, chamam a atenção para três questões básicas: a existência de uma crescente interdependência entre as diversas figurações, a necessidade de diminuir as disparidades entre os grupos sociais, relacionadas às condições de bem-estar social e à vigência de enormes diferenças de oportunidades entre aqueles que habitam os diversos continentes. Há desigualdades abissais de renda, de oportunidades e de acesso ao poder que têm posto em risco todo e qualquer processo civilizacional.

Verifica-se que tanto os RDHs quanto os ODMs (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio) propõem ações derivadas da crescente convicção de que há necessidade de mobilizar uma gama cada vez maior de instituições, entidades, agentes e lideranças para responder aos desafios postos pela interligação - desejada ou não - inconteste dos diversos grupos sociais.

Basta analisar as temáticas (democracia, segurança, violência, diversidade cultural e étnica, pobreza absoluta, insegurança alimentar, autoritarismos de muitos tipos e problemas sociais de diversa natureza) recorrentes nos relatórios da primeira década de 2000 para constatar que há preocupação em relação aos problemas que apresentam um maior risco de afetar um número cada vez maior de indivíduos e instituições.

Tanto os ODMs com suas metas quanto os RDHs dos anos subsequentes podem ser tomados como a sistematização de propostas formuladas à luz da convicção de que as populações de todos os continentes devem ser pensadas como um todo integrado. Os relatórios de 2002 e 2004 podem ser tomados como exemplo da preocupação das Nações Unidas em alertar para a existência, hoje, de uma inconteste interdependência entre os muitos grupos e indivíduos que compõem as inúmeras figurações sociais e políticas. A defesa da democracia multicultural e a luta a favor do combate à intolerância étnico-racial, cultural e religiosa, à opressão, à violência, à pobreza absoluta, à desigualdade de oportunidades e de direitos foram justificadas, fundamentalmente, pela ONU (Organização das Nações Unidas) em razão da necessidade de combater a insegurança que as mazelas sociais (fome, pobreza, abandono, miséria etc.) tendem a gerar num mundo profundamente interligado como o atual.

Acredita-se que a *Declaração do Milênio*, de 2000, ofereça elementos importantes para verificar até que ponto as Nações Unidas dão indicação de estarem surgindo autoridades, lideranças, órgãos, conhecimento técnico, político e científico, atitudes, comportamentos, motivações, valores, posturas políticas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais etc. propositivos e aptos para sugerir, inspecionar, estimular, gerenciar, gestar e impulsionar ações favoráveis a todos os habitantes de todas as regiões do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNAN, Kofi apud OBJETIVOS do Milênio podem ter mais metas. *Boletim Diário*. PNUD/ONU, 14 de set. 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/cidadania/reportagens/index>>. Acessado em 01 nov. 2007.
- BAUMAN, Zigmunt. (1999), *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar..
- BAUMAN, Zygmunt. (2005), *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BOURDIEU, Pierre (org.). (2003), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- DECLARAÇÃO do Milênio (2000). Nações Unidas. Disponível em: <www.undp.org/hdr2001> [Acesso em 20/03/2010]
- DESIGUAL, África fica mais distante dos ODM. (2006), *Boletim Diário*. PNUD/ONU, 09 jun. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/pobrezadesigualdades/reportagens/index.php>> [Acessado em 10 jun 2010].
- ELIAS, Norbert. (1994), *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. V.2.
- _____. (1998), *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (1999), *Introdução à Sociologia*. Lisboa. Edições 70.
- _____. (1999a) As interdependências humanas – os processos das ligações sociais. In *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70, p.147-172.

- _____. (2001) Tarde demais ou cedo demais: notas sobre a classificação da teoria do processo e da figuração. In *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P. 144-163.
- _____. (2006), Conceitos sociológicos fundamentais: civilização, figuração, processos sociais. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P.21-33.
- _____. (2006a), Tecnização e civilização. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P.35-67.
- _____. (2006b), Processos de formação de estados e construção de nações. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P.153-165.
- _____. (2006c), Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P.197-231.
- _____. (2006d), Habitus nacional e opinião pública. In NEIBURG, F. e WAISBORT, L. (orgs.) *Escritos & Ensaaios*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. P.113-152.
- FURTADO, Celso. (1999), A reconstrução do Brasil in *Praga: estudos marxistas*. São Paulo, Hucitec, n.8, p. 9-13, ago.
- _____. (2001), *O capitalismo global*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (2002), *Entrevista* realizada por Aspácia Carmargo e Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro, UDUERJ.
- JESSOP, Bob. (1990), *State theory: Putting capitalist states in their place*. University Park, PA, The Pennsylvania State University Press.
- MACMILLAN, Andrew. (2002), Só falta vontade política, diz diretor da FAO. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. Caderno A, p. 23. Entrevista.
- MANNHEIM, Karl. (1986), O pensamento conservador. In MARTINS, J. de S. *Introdução crítica à Sociologia rural*. São Paulo: Hicetc. P.77-131.
- PNUD/2010. Desenvolvimento humano e IDH. Primeira página. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 18/08/2010.
- RDH (2001): *Relatório do Desenvolvimento Humano/2001*: Fazendo as

- novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano.
Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acessado em 11/05/2010
- RDH (2002): *Relatório do Desenvolvimento Humano/2002*: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acessado em 02/07/10.
- RDH (2003): *Relatório do Desenvolvimento Humano/2003*: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. Acessado em: 11/05/2009.
- RDH (2004): *Relatório do Desenvolvimento Humano/2004*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acessado em: 09/09/10.
- RDH (2005): *Cooperação internacional numa encruzilhada*. PNUD/ONU, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> > Acessado em: 08/09/09
- RDH Brasil (2005a): *Racismo, pobreza e violência*. PNUD/ONU, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> > Acessado em: 08/09/2009.
- RDH (2006): *Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. PNUD/ONU. 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>. > Acessado em: 11/05/07
- RELATÓRIO mundial do UNICEF (2006a). UNICEF/ONU. Dez.2006a. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/noticia.htm> > Acessado em: 11/12/06.
- RELATÓRIO das Nações Unidas sobre o desenvolvimento do Milênio (2006b). PNUD/ONU, Jul. 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br> >. Acessado em: 05/07/06
- REZENDE, Maria José de. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados após a Declaração do Milênio e a perpetuidade da luta entre processos civilizacionais e descivilizacionais. *Revista Enfoques*, Chile, v.IX, n. 14, p. 117-138, jul.2011.
- SEN apud PNUD/2010. *Desenvolvimento humano e IDH*. Primeira página. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/> >. Acesso em: 18/08/2010.
- SEN, Amartya. (1992), *Inequality re-examined*. Cambridge, Mass: Havard University Press.
- _____. (2000), Social justice and the distribution of income. In ATKINSON, A e BOURGUIGNON, F (orgs.) *Handbook of income distribution*. Amsterdam, Elsevier.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. (2002), Os processos da globalização. In *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo, Cortez. P. 25-102.

- THERBORN, Goran. (2001), Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimentos. *Sociologias*, Porto Alegre, n.6, p. 122-169, jul/dez.
- TILLY, Charles. (2010). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n.3, p.133-160, jan-jul.
- UMA visão a partir da América Latina e do caribe (2005).
- CEPAL/ONU. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acessado em: 08/05/07
- VALENTE, Flávio. L. S (2002) Reunião não garantiu nem direito à alimentação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. Caderno A, p.11. Entrevista.